

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREM
(INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE) BIÊNIO
2025/2026.**

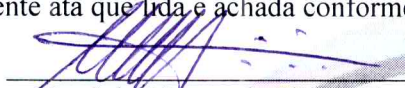
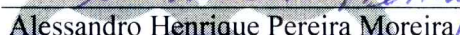
Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio do ano de 2026, às 14:00h, na sede do Instituto de Previdência de Pouso Alegre/MG, situado na praça João Pinheiro, no 229 - Centro, reuniram-se ordinariamente os Conselheiros Fiscais Efetivos: Eugênio Mozart Silva Filho e Fabiano do Carmo Pereira Júnior, representantes do Executivo; Wallison Noronha da Silva, representante da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Nadja Sotero Natividade Mendes, representante dos Inativos; e Alessandro Henrique Pereira Moreira, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, para realização da 17ª Reunião ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, biênio 2025-2026. Dando início a reunião, o Presidente Eugênio saudou a todos e **apresentou a pauta a ser discutida na reunião com o seguinte assunto: 1-) Balancetes mensais referentes aos meses de fevereiro e março de 2026; 2-) Relação dos Benefícios do mês de abril de 2026; 3-) Relatório de Investimentos de abril de 2026; 4-) Relação das contribuições previdenciárias mensais dos meses de março e abril de 2026. Passou-se a análise do item 1, com as seguintes informações contábeis: REFERENTE A FEVEREIRO DE 2026.** As receitas arrecadadas no mês de fevereiro de 2026 somaram o montante de R\$ 8.755.785,15, sendo que as receitas do Comprev no mês somaram o montante de R\$ 479.099,50; O saldo bancário em 28 de fevereiro de 2026 foi de R\$ 543.255.960,56; As despesas com aposentadorias no mês somaram o montante de R\$ 7.408.619,99; As despesas com pensões no mês somaram o montante de R\$ 799.734,02; As despesas com Comprev no mês foram de R\$ 35.977,75. As despesas liquidadas totais no mês foram de R\$ 8.751.849,33; **REFERENTE A MARÇO DE 2026.** As receitas arrecadadas no mês de março de 2026 somaram o montante de R\$ 7.758.226,91, sendo que as receitas do Comprev no mês somaram o montante de R\$ 400.689,95; O saldo bancário em 31 de março de 2026 foi de R\$ 541.076.255,22; As despesas com aposentadorias no mês somaram o montante de R\$ 8.231.319,19; As despesas com pensões no mês somaram o montante de R\$ 822.179,77; As despesas com Comprev no mês foram de R\$ 96.070,02. As despesas liquidadas totais no mês foram de R\$ 9.588.383,07. O Conselho Fiscal é de opinião unânime que os relatórios contábeis e financeiros apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IPREM em fevereiro e março de 2026; **Dando sequência a reunião, os Conselheiros verificaram o item 2 da pauta, No mês de abril de 2026,** foram concedidos 01 benefício de aposentadoria por tempo de contribuição; 01 benefício de pensão por morte; 01 aposentadoria por invalidez; e 02 aposentadorias especiais. Conselho Fiscal analisou todos os processos apresentados. Após análise de referidos processos o conselho opinou em sua unanimidade pela aprovação dos benefícios do referido mês sem ressalvas. **Passou-se a análise do item 3 da pauta em relação ao mês de abril de 2026,** constatou-se que a carteira líquida esteve dentro dos limites de enquadramento da Política de Investimentos na PAI – Política Anual de Investimentos, de acordo com a resolução CMN nº 5.272/2025. Ressalta-se que o Instituto está com 5,12% do patrimônio total alocado no Artigo 9º II, percentual este superior ao limite máximo estabelecido na Política de Investimentos. Entretanto, segundo a Resolução CMN nº 5.272/2025, em especial o disposto em seu Art. 27, não são considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos os desenquadramentos passivos decorrentes da entrada em vigor da norma, pelo



prazo de até dois anos ou até o vencimento do ativo, o que ocorrer primeiro, sendo vedada a realização de novas aplicações. Por outro lado, constatou-se que 05 (cinco) fundos ilíquidos não estão enquadrados na Resolução CMN 5272/2025, sendo decorrentes da impossibilidade de resgate no momento. Dessa forma, tais situações caracterizam-se como desenquadramentos passivos, enquadrando-se na excepcionalidade prevista no Art. 27 da Resolução. Os fundos líquidos obtiveram rentabilidade positiva de R\$ 7.897.391,19, representando 1,57%. Os fundos Ilíquidos tiveram rentabilidade negativa de - R\$ 995.056,76, representando - 4,42%. Na carteira total, o resultado foi de R\$ 6.902.334,43, equivalente a 1,32%, enquanto a meta atuarial para o período foi de 1,12% (IPCA + 5,46% a.a.). No acumulado do ano, até o final de abril, o IPREM obteve uma rentabilidade de 4,37% para os fundos líquidos, - 9,87 % para os fundos ilíquidos e 3,70% para a carteira Total, representando 83,83 % da meta atuarial acumulada de 4,44%. No período de doze meses, a volatilidade da carteira líquida foi de 2,43% influenciada principalmente pelas Carteiras de Renda Variável Nacional e Internacional, com respectivamente 18,84% e 10,48% e Títulos Públicos com 1,95%. No Segmento Percentual de Riscos Artigo 7º I (Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos) 1,69% Artigo 7º III (Títulos do Tesouro Nacional) 1,95% Artigo 7º V (Fundos ou ETFs de Renda Fixa) 0,08% Artigo 7º VI (Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira) 11,87% Artigo 8º I (Fundos de Ações) 18,84% Artigo 9º II (Fundos de Investimento no Exterior) 11,04% Artigo 9º III (Fundos de Investimento no Exterior - Investidor Geral) 12,69% Artigo 10º I (Fundos Multimercado) 5,77 % TOTAL DOS FUNDOS LIQUIDOS 2,43% Os fundos têm sido monitorados em vários períodos temporais, para análise de aderência, rentabilidade e risco. **Passou-se a item 4 da pauta , O recolhimento das contribuições previdenciárias dos entes, referente o mês de MARÇO de 2026,** sendo repassado as seguintes informações: PREFEITURA MUNICIPAL: O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pela Prefeitura, referente ao mês de março de 2026 e depositadas no dia 13/04/2026, relativas a 2804 servidores em atividade totalizaram R\$ 7.747.125,93, com o total da base de contribuição de R\$ 13.115.0001,50. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 1.822.839,50; A cota patronal desse período foi de R\$2.252.282,32; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 3.672.200,42; CÂMARA MUNICIPAL: O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pela Câmara Municipal, referente ao mês de março de 2026 e depositadas no dia 13/04/2026, relativas a 049 servidores em atividade totalizaram R\$ 364.715,43, com o total da base de contribuição de R\$ 615.034,44. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 86.104,89 ; A cota patronal desse período foi de R\$ 106.400,97; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 172.209,57; IPREM: O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pelo Iprem, referente ao mês de março de 2026 e depositadas no dia 13/04/2026, relativas a 016 servidores em atividade totalizaram R\$ 62.813,46, com o total da base de contribuição de R\$ 105.924,90. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 14.829,47; A cota patronal desse período foi de R\$18.325,02; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 29.658,97; **Referente o mês de ABRIL de 2026,** sendo repassado as seguintes informações: PREFEITURA MUNICIPAL: O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pela Prefeitura, referente ao mês de abril de 2026 e depositadas no dia 13/05/2026, relativas a 2829 servidores em atividade totalizaram R\$ 7.399.142,60, com o total da base de contribuição de R\$ 12.547.735,43. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 1.737.030,10; A cota patronal desse período foi de R\$ 2.148.943,92; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 3.513.365,92; CÂMARA



MUNICIPAL: O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pela Câmara Municipal, referente ao mês de abril de 2026 e depositadas no dia 13/05/2026, relativas a 049 servidores em atividade totalizaram R\$ 350.038,37, com o total da base de contribuição de R\$590.284,71. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 82.639,91; A cota patronal desse período foi de R\$ 102.119,25; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 165.279,71; IPREM: O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pelo Iprem, referente ao mês de abril de 2026 e depositadas no dia 13/05/2026, relativas a 016 servidores em atividade totalizaram R\$ 59.180,08, com o total da base de contribuição de R\$ 99.797,74. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 13.971,68 ; A cota patronal desse período foi de R\$ 17.254,01; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 27.943,39; Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a reunião às 17:00h. Eu, Fabiano do Carmo Pereira Júnior lavrei a presente ata que lida e achada conforme segue assinada pelos conselheiros.


Eugênio Mozart da Silva Filho
Presidente do Conselho Fiscal
Fabiano do Carmo Pereira Jr.
Secretário do Conselho Fiscal
Wallison Noronha da Silva
Conselheiro
Nadja Sotero Natividade Mendes
Conselheira
Alessandro Henrique Pereira Moreira
Conselheiro

PARECER MENSAL DO CONSELHO FISCAL

1- Demonstrativos Contábeis

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Pouso Alegre, abaixo assinados, em cumprimento ao disposto na legislação, tendo tomado conhecimento dos balancetes e demonstrativos contábeis dos meses de Fevereiro e Março de 2026, manifestam-se favoravelmente à **aprovação** dos mesmos, sem ressalvas.

2- Aposentadorias e Pensões.

As concessões de aposentadorias e pensões do mês de abril de 2026 estão em ordem e de acordo com a legislação vigente.

3- Recolhimentos Previdenciários

Os recolhimentos das contribuições previdenciários da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e do IPREM dos meses de março e abril de 2026 foram repassados ao Instituto de forma correta, dentro do prazo legal. No mês de fevereiro de 2024 foi enviado e aprovado projeto de lei para alteração da alíquota patronal para 17,3%,

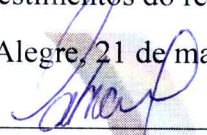
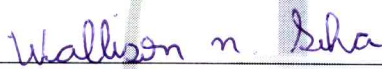
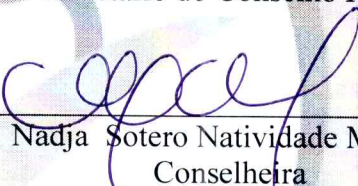
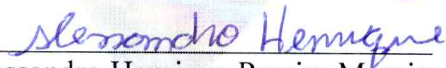


conforme página 27 do DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025 nos termos do item 8.3 da Avaliação Atuarial 2025. Mas não foi implementada a alíquota suplementar prevista no DRAA , com implementação obrigatória até 31/12/2025, de modo que a aprovação do projeto de lei citado não corrigiu a irregularidade no todo, pois não houve a implementação obrigatória das alíquotas constantes do DRAA. O DRAA de 2025 exigia a alteração das alíquotas suplementares até 31/12/2025. Diante desse fato o Conselho fiscal aprova com ressalvas os recolhimentos previdenciários do mês.

4- Investimentos

Parecer: As alocações de investimentos efetuadas durante o mês de abril foram devidamente fundamentadas pelo Comitê de Investimentos. Houve aderência dos investimentos à Política Anual de Investimentos bem como aos limites estabelecidos pela Resolução 5.272/2025, conforme relatórios emitidos pelo Comitê de Investimentos do IPREM. Os membros do Conselho Fiscal aprovam os investimentos do referido mês.

Pouso Alegre, 21 de maio de 2026.


Eugênio Mozart da Silva Filho
Presidente do Conselho Fiscal
Fabiano do Carmo Pereira Jr
Secretário do Conselho Fiscal
Wallison Noronha da Silva
Conselheiro
Nadja Sotero Natividade Mendes
Conselheira
Alessandro Henrique Pereira Moreira
Conselheiro